



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

251ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

MEMÓRIA

08/06

Local: Sala de Educação Corporativa – SDH, 10º andar.

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais

Ana Lucia de Lima Starling - Secretaria de Direitos Humanos

Magaly de Carvalho Correia Marques - Casa Civil

Deuzinea Nogueira da Silva- Ministério do Trabalho e Emprego

Jordelino Serafim dos Reis- Ministério da Fazenda

Taís Leite Flores - Ministério da Previdência Social

Kalid Nogueira - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Sociedade Civil:

Fabio José Garcia Paes - Aldeias Infantis SOS Brasil

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara kalí

Miriam Maria José dos Santos - Inspetoria São João Bosco- Salesianos

Carolina Freire de Carvalho – Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correa - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Mauricio Enrique Diaz Vandorse - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani - Associação Brasileira de Educação e Cultura

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Douglas Elias Belchior – Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular

Vitor Cavalcante de Sousa Valério- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Marco Antonio Soares- Central Única dos Trabalhadores- CUT

Djalma Costa – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas - Secretaria de Direitos Humanos

Luiz Barcelos - Ministério da Saúde

Mauro Barros- Ministério da Educação

Sociedade Civil

Antônio Jorge dos Santos - Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes

Heloisa Helena Silva de Oliveira - Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Maristela Cizeski - Pastoral da Criança

Clenir da Trindade Xavier dos Santos – Associação Lifewords Brasil

José Carlos Sturza de Moraes – Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

DEMAIS PARTICIPANTES:

Renato Godoy – Instituto Alana

Cheila Queiroz – CFESS

Karina Berardo – ANGAAD

Clara Pereira – Aldeias Infantis

Lemilson Silva- Marista –UNBEC

Mirtes Santos- Marista

Nátaly Freitas- Pastoral do Menor DF

Patrícia Andrade- Aldeias Infantis

Maria Helena Notari- Ministérios das Relações Exteriores

Valéria Soares- Casa Pequeno Davi/PB

Claudia Lima- Casa Pequeno Davi/PB

Paulo farias- CDCA/DF

Silas Santos – G38/BA

Yaponã Bone –G38/MA

Alessa Sumizano – G38/CE

Rodman da Silva – G38

Patrick Costa – G38

Ana Potyara – ANDI

Maria do Socorro Carvalho-G38-Educadora

Maria do Carmo – USBEE/FNDCA

Alessa Sumizano – G38/CE

Djeison Rique - G38 CEDCA/ MT

Carolina Diniz- G38/BH

Hélio Castro - SNPDCA

Maria Gutenara Martins Araújo – Coordenadora-geral do Conanda/SDH

André Lima – Conanda/SDH

Karla de Abreu- Conanda/SDH

Item 1. Abertura, aprovação da pauta da 251ª Assembleia Ordinária e informes da Mesa Diretora;

Principais pontos abordados: O presidente do CONANDA, Fábio Paes, abriu a 251ª Assembleia Ordinária do Conselho desejando boas vindas a todos e em especial os representantes dos fóruns e redes da sociedade civil que participarão da agenda. Em seguida, o presidente fez a leitura e aprovação da pauta e informou que a pauta da manhã daquele dia seria destinado as reuniões separadas das bancadas da sociedade civil e do governo do Conselho. A Assembleia retornou no período da tarde com presença de todos os conselheiros. O presidente Fabio Paes cumprimentou a todos e informou que bancada da sociedade civil pediu um tempo a mais para encerrar sua discussão. A conselheira Magaly de Carvalho fez a proposta de seguir conforme a pauta foi aprovada pela manhã e no final do dia a bancada da sociedade civil poderia continuaria suas discussões. A proposta foi aprovada e em seguida o presidente Fabio Paes solicitou aos conselheiros governamentais um informe sobre o contexto de reestruturação dos ministérios, tendo em vista as atuais mudanças no governo. A vice-presidente do Conanda Ana Lúcia Starling informou sobre a participação dos conselheiros governamentais, sobre a dificuldade de presença e participação naquela Assembleia do Conanda, tendo em vista as mudanças pelas quais cada pasta estava passando. A vice-presidente relatou também que a Secretária de Direitos Humanos Flávia Piovesan chamou a SNPDCA para uma reunião e que nesta reunião o secretário Rodrigo Torres apresentou a estrutura da Secretaria e as políticas para crianças e adolescentes sob responsabilidade da SNPDCA. Em seguida, destacou que o secretário Rodrigo Torres ressaltou nessa reunião com a Secretária que seria uma temeridade para a área da criança e do adolescente o rebaixamento do status da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Informou também que o secretário Rodrigo Torres encaminhou o seu pedido de exoneração e que ela, por seu sua substituta na Secretaria, assumiria interinamente o cargo de Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e depois retornaria ao seu órgão público de origem. A coordenadora-geral do Conanda Maria Gutenara informou sobre as atividades da secretaria executiva do Conselho durante esse período de

mudança nas pastas governamentais. Explicou que as atividades continuam e que as principais dificuldades têm sido em relação ao contato com os demais órgãos, pois todos estão passando por mudanças, e em relação a compra de passagens para as agendas do Conselho. A conselheira Heloiza Egas informou sobre as dificuldades para os representantes governamentais estarem presentes na Assembleia, pois muitos estão sem chefes imediatos em seus órgãos e sem saber se continuarão a representar suas pastas no Conselho. Em seguida a conselheira Deuzinea Nogueira apresentou-se a plenária como representante do Ministério do Trabalho e Emprego informando sobre sua carreira na administração pública e experiência na área da criança e do adolescente. O conselheiro Mauro Barros, representante suplente do Ministério da Educação, informou que a representante titular da pasta no Conanda não faz mais parte do Ministério, portanto, o MEC estava sem representação titular no Conselho. O presidente Fabio agradeceu o relato da coordenadora-geral do Conanda, Maria Gutenara, da vice-presidente do conselho Ana Lúcia Starling e dos demais conselheiros governamentais.

Item 2. Estratégias contra a PEC 115/2012:

Principais pontos abordados: A conselheira Heloisa de Oliveira (Fundação Abrinq) informou que acompanhou a última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal em que estava na pauta a PEC 115/2015. Em seguida apresentou o status da PEC 115/2015, sobre a redução da maioria penal, que está em tramitação no Senado. Relatou que a PEC foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado em que foi designado como relator da matéria o senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES). Após aprovação de requerimento do próprio senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) passaram a tramitar em conjunto com esta as seguintes proposições: PEC nº 74/2011, do senador Acir Gurgacz (PDT/PR) e outros e a PEC nº 33/2012, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP). A conselheira Heloisa relatou também que o status atual é de convocação de duas audiências públicas marcadas para discussão da proposta em que participarão algumas entidades convocadas, entre elas o Conanda, a secretária Flávia Piovesan, o Conselho Nacional de Psicologia, Ministério

Público, Associação de Magistrados, Fundação Abrinq, entre outros. Em seguida, a conselheira sugeriu ao Conanda realizar uma articulação entre as entidades convocadas para a audiência no sentido de alinhar as falas e argumentos que possam gerar impacto no posicionamento dos senadores. Ressaltou que as audiências não estão marcadas ainda e que há a expectativa de que a primeira ocorra na próxima semana, mas é possível também que as audiências só ocorram no segundo semestre do ano. A conselheira destacou que não seria o momento de fazer mobilização sobre redução da maioria nas ruas e que o mais adequado seria adequado interferir internamente no Senado. O assessor parlamentar da SNPDC, Hélio Veneroso, complementou a fala da conselheira informando que a PEC nº 33/2012 foi rejeitada pela CCJ em 2014 retornando em razão do requerimento apresentado pelo senador Cássio Cunha Lima e informou que o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos elaborou uma nota técnica, encaminhada ao Conanda e socializada com os conselheiros, contrária a redução da maioria penal. Essa nota foi encaminhada novamente também aos Senadores membros da CCJ. O presidente Fábio Paes informou que foi aprovado ontem um conteúdo da Rádio Margarida frente ao conteúdo contrário a redução da maioria penal. O conselheiro Edmundo Kroeger sugeriu também encaminhar um ofício ao Ministro da Justiça reiterando todas as notas publicadas pelo Conanda e a posição do conselho sobre a criminalização e assassinatos no Brasil de crianças e adolescentes. A conselheira Lucimara Cavalcante sugeriu dentro da proposta do Conselheiro Edmundo Kroeger anexar no ofício as notas do Conanda e acrescentar o parecer que SDH fez, no sentido de reforçar o posicionamento do Conanda. A conselheira Miriam Santos sugeriu socializar a nota do Conanda com ministros e senadores. O conselheiro Douglas Belchior informou sobre o relatório produzido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com cerca de 150 laudos e mais de mil páginas de anexos, em que recomenda, entre outras coisas, a desmilitarização da polícia, sugerindo uma reestruturação do sistema de segurança pública. O conselheiro informou também que o documento contém diversas informações sobre as causas da violência letal da juventude no Brasil.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Fabio e Heloísa coordenarão reunião com as demais entidades que participarão das audiências públicas sobre a PEC 115/2015;
- Encaminhar ofício ao presidente da CCJ (encaminhar cópia aos membros da CCJ) reforçando o posicionamento do Conanda contrário a redução e ampliação do tempo de internação. Ofício contendo como anexos as notas passadas do Conselho sobre a redução e ampliação do tempo de internação. Encaminhar quando o tema entrar na pauta da Comissão para aprovação;
- A nota a ser aprovada amanhã será encaminhada a todos os ministros e senadores;
- Encaminhar o relatório citado pelo conselheiro Douglas Belchior aos conselheiros.

18h: Encerramento do Primeiro dia de Assembleia

09/06

Local: Sala de Educação Cooperativa - 10º Andar

Item 3. Informes:

Antes de iniciar os pontos de pauta previstos, o presidente do Conanda, Fábio Paes, abriu a pauta para alguns informes. O primeiro informe foi do conselheiro José Carlos Sturza que sobre a avaliação da Conferência informou que até quinta-feira próxima encaminharia a proposta de avaliação e documentos para o Conanda e G-38. Em seguida o conselheiro Djalma Costa fez informe sobre a violência contra crianças na cidade de São Paulo, em especial sobre o caso da criança assassinada pela Política Militar do estado naquela semana. O conselheiro sugeriu que o Conanda fizesse um pedido formal de informações e providências às autoridades sobre o caso. O conselheiro Antônio Jorge apresentou informe sobre sua participação e atividades no Prêmio CNMP em que está representando do Conanda na seleção dos premiados. O conselheiro Vitor Valério informou ao Plenário sobre a aprovação pela CMF das peças da campanha contra a redução da idade penal construída pelo convênio com a Radio Margarida. Por último, o presidente, Fabio Paes, informou sobre a sua

participação naquele dia em uma reunião convocada pela deputada federal Erika Kokay sobre a questão de estupro de meninas e mulheres, em especial sobre o caso do Rio de Janeiro.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Conselheiro José Carlos encaminhará os documentos sobre a avaliação da conferência na próxima quinta-feira para a lista do Conanda e G38;
- O conselheiro Djalma encaminhará minuta de ofício sobre o caso da criança assassinada pela Polícia Militar em São Paulo a ser encaminhado às autoridades solicitando providências e informações;
- A CMF coordenará parceiros no sentido de pensar estratégias específicas sobre homicídios de crianças e adolescentes.

Item 4. Definição e aprovação de estratégias frente as pautas:

- Conjuntura política e defesa da pauta e políticas públicas dos direitos da criança e do adolescente;
- Estratégias contra a PEC 115/2012;
- Estratégias e posicionamento frente ao estupro coletivo de adolescente no Rio de Janeiro;
- Rebaixamento do status da SNPDCa;
- Atividades de celebração do aniversário de 26 anos ECA;

Principais pontos abordados: O presidente Fábio Paes desejou bom dia a todos os presentes na plenária, em seguida, fez o resumo da agenda da assembleia e pediu licença a plenária para se retirar em virtude de um compromisso. A vice-presidente Ana Lúcia Starling conduziu a mesa na plenária dando início a pauta de apreciação das notas públicas. A primeira minuta de nota a ser analisada pelo Plenário foi sobre a PEC 115/2015, que está no Senado sobre a redução da idade penal. A conselheira Jimena Djauara fez a leitura da carta aberta em que reitera o posicionamento contrário à proposta legislativa de redução da idade penal. Em seguida os conselhos fizeram destaques nos parágrafos da

carta e solicitaram apoio da coordenação do Sinase quanto às informações que serão apresentadas na carta. Após discussão e inserção das informações atualizadas, o Plenário do Conselho aprovou a nota em que reitera o seu posicionamento contrário à redução da idade penal. Em seguida a conselheira Jimena Djauara iniciou a leitura da segunda proposta de nota pública sobre os casos recentes de estupro coletivos de adolescentes. O conselheiro Edmundo Kroeger sugeriu acrescentar na nota o caso do estupro coletivo provocados por integrantes da banda New Hit na Bahia. A conselheira Heloiza Egas sugeriu incluir um parágrafo problematizando as delegacias no Brasil, informando que muitas são inadequadas para a escuta das vítimas, citar a necessidade de capacitação dos agentes públicos, expressar soliedariedade à família, utilizar o termo “cultura do estupro” no texto e reforçar a condição de adolescente das vítimas. Após a discussão, as sugestões foram inseridas na nota e em seguida aprovada pelo Plenário do Conselho. O Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Rodrigo Torres, solicitou a palavra para informar que está deixando a Secretaria e agradecer a todos pela acolhida e trabalho executado durante esse período. Em seguida, falou que é servidor de carreira e que ocupava um cargo político na secretária no qual assumia compromissos políticos e institucionais com a sociedade civil e parceiros. O secretário informou que fez uma avaliação dos compromissos assumidos até então com a pauta dos direitos de crianças e adolescente e que naquele momento avaliava que não seria possível dar continuidade. Informou também que está indo para ENAP e agradeceu a todos os conselheiros pela parceria na defesa da pauta. O conselheiro Vitor Cavalcante citou a importância da colaboração do secretário Rodrigo Torres no Conanda e agradeceu pelos diálogos, apoio na construção da política da criança e do adolescente. O conselheiro Djalma Costa ressaltou que a presença do secretário Rodrigo Torres no Conanda e que o impacto de sua presença foi muito positivo para a política da infância e do adolescente e disse ter ficado surpreendido com a sua atuação. Em seguida, agradeceu, em nome da ANCED, o seu trabalho e dedicação. A conselheira Mirian Santos desejou ao secretário muita luz e sucesso em seus novos projetos. A conselheira Jimena Djauara quis deixar registrado o desempenho do

secretário Rodrigo Torres mencionando os compromissos que ele assumiu e o agradeceu. O conselheiro José Carlos Sturza agradeceu ao secretário e mencionou que reconhece o trabalho qualificado e que lamenta a sua saída. A conselheira Carolina Freire agradeceu ao secretário pelo envolvimento na X Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente e desejou muito sucesso. A conselheira Magaly de Carvalho desejou sucesso na trajetória do secretário. O secretário Rodrigo Torres agradeceu as palavras dos conselheiros. Em seguida agradeceu toda a equipe da SDH e da SNPDCA, agradeceu a coordenadora-geral do Conanda, Maria Gutenara, a vice-presidente do Conanda, Ana Lúcia Starling e a representante suplente, Heloiza Egas. Silas Santos, representante do G38, desejou bom dia a todos e a todas e agradeceu ao secretário Rodrigo Torres pelo seu empenho em garantir o compromisso da SNPDCA com a participação dos adolescentes nas assembleias ordinárias do Conanda. Após as falas o Presidente, Fabio Paes, informou que a Secretaria Flavia Piovesan tinha chegado e pediu que a pauta de aprovação das notas públicas ficasse para depois da conversa com a Secretária.

Item **5**. Reunião com a Secretária Especial de Direitos Humanos Flávia Piovesan:

O presidente Fábio Paes anunciou a presença da Secretária Especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, e fez breve introdução do contexto político falando sobre a existência de um desmonte das políticas, planos, programas e orçamento das pautas. Ressaltou que a transferência da pauta dos direitos humanos e dos direitos de crianças e adolescentes para o Ministério da Justiça foi uma decisão equivocada e preocupante. Nesse sentido, o CONANDA se coloca preocupado com a pauta dos direitos da criança e do adolescente diante desse cenário. Assim, o presidente informou que gostaria de dar início a conversa, gostaria também que a Secretária estivesse presente na leitura da carta que uma série de movimentos da infância assinam. A secretária fez um pedido de desculpas para plenária pelo atraso, informou que estava em outro compromisso que a fez atrasar toda a sua agenda. Em seguida falou que

gostaria de registrar o respeito pela causa e explicou que o que a trouxe para a SDH foi o seu vínculo e história com a pauta dos direitos humanos e sem compromisso com algum partido político específico. Em seguida, ressaltou estar disposta trazer contribuição para garantir avanços e evitar retrocessos, que está disposta a conhecer os programas existentes na secretaria, as ações exitosas e as pautas reativas. Informou sobre a sua formação e que tem trajetória conhecida pela defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais. Informou ser também professora da PUC-SP e especialista em direitos humanos e direito internacional. A secretária informou Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente terá uma pasta e estrutura própria e afirmou e que isso traz a garantia de evitar retrocessos na institucionalidade da pauta. Deu prosseguimento dizendo que a pauta da criança e do adolescente é uma causa central e que merece toda a primazia. Em seguida, a secretária passou a palavra para o embaixador Silvio Albuquerque, seu adjunto, que desejou boa tarde a todos os presentes e em seguida disse que agradeceu a Secretária pelo convite dizendo que foi irrecusável, mencionou que tem 30 anos de carreira diplomática e que ingressou no Itamaraty em janeiro de 1986 com atuação em 16 anos no Brasil e no exterior em ações em defesa dos direitos humanos. O embaixador Silvio Albuquerque disse que entendeu a importância de um diplomata brasileiro fazer a leitura da atuação internacional na pauta, ressaltando que a proposta da secretária quando aceitou o convite do ministro Alexandre de Moraes coincidia com a sua visão na atuação do estado na defesa dos direitos humanos. Em seguida, reforçou a fala da secretária dizendo que o momento político é difícil, mas que é possível ter um núcleo de resistência para evitar retrocessos no campo dos direitos humanos para políticas internas e externas. Em seguida, mencionou que é pai de quatro filhos, nasceu no Rio de Janeiro, e disse saber o que é ser negro, jovem e da periferia no País. Ressaltou sobre o ganho da secretaria com a presença da Flávia Piovesan e disse que seriam aliados em prol da luta dos direitos das crianças e adolescentes. Em seguida, o presidente Fábio Paes passou a palavra para cada um dos conselheiros presentes para que se apresentassem. A Secretária Flávia Piovesan pediu desculpas e informou que teriam no máximo mais

15 minutos, pois teriam outra agenda marcada para aquele horário. Após as apresentações, o presidente Fábio Paes, concedeu a palavra para a representante do Fórum DCA que fez a leitura da carta aberta à sociedade brasileira elaborada pelo coletivo de fóruns, redes e movimentos sociais. Após a leitura da carta, o Presidente abriu a palavra para alguns conselheiros inscritos. O conselheiro Douglas Belchior desejou boa tarde a secretária Flávia Piovesan e ao embaixador Silvio Albuquerque, em seguida questionou como esperam, ao fazerem parte de um governo que tem no seu DNA o compromisso com as forças políticas mais conservadoras e reacionárias do país e que é sustentado por parlamentares cujo objetivo é desmontar nossos direitos, dar conta das tarefas de resistência as quais eles citaram como objetivo. Perguntou também como eles se posicionam em relação aos cortes em programas e políticas importantes em direitos humanos. Em seguida, o presidente passou a palavra para a conselheira Clenir Santos que fez uma apresentação lúdica com um balão representando sua preocupação com a política da criança e concluiu dizendo que é muito frustrante brigar por manter o mínimo da política da criança e do adolescente. A conselheira Heloisa Oliveria perguntou sobre a estrutura e status da Secretaria da criança e do adolescente, tendo em vista que a Secretária Flávia Piovesan, anunciou que esta não seria rebaixada. O conselheiro Djalma Costa informou que alguns anos atrás conheceu o nome da Secretária Flávia Piovesan, ainda com professora da PUC/SP, e disse ter ficado surpreso por assumir o cargo político pelo atual governo que a sua instituição de direitos humanos, a ANCED, não reconhece. Nesse sentido, o conselheiro disse que acredita que a Secretária deve ter uma proposta no sentido de sair inteira desse processo no qual está inserida. Por fim, o conselheiro perguntou com a Secretária vai lidar sendo subordinada ao Ministro, que quem mora em São Paulo conhece suas posições sobre direitos humanos. O conselheiro professor Marquinhos (Marcos Soares), representante da CUT, disse que espera que a carta que foi lida anteriormente em defesa dos direitos da criança e do adolescente não seja compreendida apenas como palavras, pois desta carta fazem parte muitos defensores de direitos. Informou que gostaria de expressar as seguintes questões naquele momento “golpistas,

fascitas não passarão”, “não ao golpe”, “fora Temer”. Em seguida, pediu a Secretária que não assumisse aquele cargo, pois, segundo o conselheiro, de tudo que ele leu a respeito da trajetória da Secretária, não vale a pena. O conselheiro perguntou a Secretária Flávia Piovesan e ao embaixador Silvio Albuquerque se nessas condições é possível defender os direitos humanos de crianças e adolescentes filhos da classe trabalhadora. Em seguida a palavra foi passada ao conselheiro Vitor que informou que conhece o nome da Secretária Flavia Piovesan vinculada aos estudos em direitos humanos. O conselheiro Vitor perguntou qual será o seu posicionamento em relação a redução da idade penal e como a Secretaria de Direitos Humanos vai pautar a temática da redução frente a este governo silecioso e articulado. O conselheiro informou que o Ministro Alexandre de Moraes não se posicionou quando recentemente a matéria esteve em pauta no Senado e que esta foi a primeira vez desde a redemocratização do País que um governo não se posiciona. Por fim, o conselheiro Edmundo Kroger perguntou como a Secretária irá lidar com a pauta dos autos de resistência. Em seguida, a Secretária Flávia Piovesan agradeceu as intervenções e disse que acredita que direitos humanos estão vinculados ao pluralismo e em que sua trajetória aprendeu que os direitos humanos lidam com a dor humana. A Secretária informou que recebeu os representantes de algumas pastas da Secretaria da criança e do adolescente e que se comprometeu em acelerar os processos para que se tenha garantido os convênios das políticas e programas da pauta. Disse que acredita que o momento pelo qual o país está passando é um dos mais difíceis já passados e que foi o compromisso que tem como a pauta dos direitos humanos que a fez sair de sua cidade e se afastar da família para assumir tal desafio. Ressaltou que aceitou o desafio e que está disposta a permanecer nele enquanto puder contribuir com a pauta. Informou que a sua posição sobre a redução da idade penal é contrária à proposta de redução e que a SDH também será. A Secretária respondeu a pergunta sobre o status da Secretaria da Criança e do Adolescente e informou que o que sabe até o momento é que ela será uma Secretaria que não necessariamente estará vinculada à SDH, mas que terá estrutura própria. Em seguida o embaixador Silvio Albuquerque informou

que reintera as falas anteriores da Flávia Piovesan no sentido de estarem disposto a contribuir com a pauta e que a decisão de assumir a SDH foi muito pensada antes de aceitarem e quem tem total convicção e segurança de que podem contribuir na área. Antes de encerrar o representante do G38, Rique Djeison, perguntou à Secretária se no novo formato da Secretaria haveria espaço para a participação de crianças e adolescentes nos moldes da experiência que o G38 estava inaugurando no Conanda. A Secretária respondeu que acredita ser fundamental o envolvimento e participação de crianças e adolescentes. O presidente Fabio Paes agradeceu a presença da Secretária e do Embaixador na reunião e em seguida a Secretária Flavia Piovesan e o embaixador Silvio Albuquerque agradeceram a atenção, se colocaram à disposição para dialogar outras vezes e se despediram do Plenário.

Item 6. Continuidade do item “Definição e aprovação de estratégias sobre às pautas:

- Conjuntura política e defesa da pauta e políticas públicas dos direitos da criança e do adolescente;
- Estratégias contra a PEC 115/2012;
- Estratégias e posicionamento frente ao estupro coletivo de adolescente no Rio de Janeiro;
- Rebaixamento do status da SNPDCA;
- Atividades de celebração do aniversário de 26 anos ECA;

Em seguida, a vice-presidente, Ana Lúcia Starling, deu continuidade a pauta sobre as notas públicas para aprovação. Iniciou a leitura da nota pública encaminhada pelo conselheiro Manoel Torquato sobre o sistema socioeducativo no estado do Ceará. O conselheiro Edmundo Kroeger questionou se seria um tema para nota pública e se o Conanda teria autonomia para solicitar exoneração do secretário de estado. O conselheiro Djalma Costa apoiou a nota pública e disse que há necessidade de aprovação pela importância do conteúdo. A conselheira Miriam Santos não considerou inconstitucional a nota pública e que o Conanda tem autonomia de interferir nas políticas estaduais sobre a

criança e o adolescente. A conselheira Jimena Djauara ressaltou que o conteúdo da nota pública está registrado no relatório construído pelo conselheiro Manoel Torquato sobre o sistema socioeducativo Ceará. Após debate, a nota pública foi aprovada junto com o encaminhamento de enviá-la ao Governador do Ceará. A nota pública sobre a política da criança e do adolescente. O plenário do Conselho aprovou a nota pública sobre os 26 anos do ECA e encaminhamento de pedido de audiência pública para o dia 13 de julho à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em parceria com a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para celebrar o aniversário do Estatuto. Em relação a nota sobre o rebaixamento do status da SNPDCA os conselheiros debateram a pertinência de aprovação da nota, tendo em vista que Secretária de Direitos Humanos, Flavia Piovesan, informou que a Secretaria da Criança e do Adolescente não será rebaixada. Não houve consenso em relação a proposta de aprovação naquele momento da nota e o presidente do Conselho, Fabio Paes, propôs que a minuta de nota fosse encaminhada por e-mail para que os conselheiros pudessem fazer a apreciação e encaminhar sugestões até terça-feira para, em seguida, ela ser aprovada virtualmente. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a 251ª Assembleia Ordinária do CONANDA.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovada nota pública sobre o sistema socioeducativo do Ceará;
- Aprovada nota pública sobre os casos de estupro coletivos de adolescentes;
- Aprovada nota pública reiterando a posição contrário do conselho sobre a redução da idade penal e propostas que estão no Senado;
- Aprovada nota sobre os 26 anos do ECA;
- Nota Pública sobre sistema socioeducativo Ceará aprovada;
- Nota Pública estupro coletivo aprovada;
- Enviar a proposta de nota pública sobre o rebaixamento da SNPDCA por e-mail e até terça-feira fica aberta para considerações

e retificações. Após esse tempo, os conselheiros podem aprová-la virtualmente.